

Resolução de Tática Eleitoral e Política de Alianças PT-RS

1. As eleições municipais de 2024 demarcam um momento estratégico para a construção de uma sólida aliança popular e democrática que promova a recondução do Governo Lula em 2026 e o projeto nacional baseado na ampliação das liberdades democráticas, dos direitos sociais, do combate à desigualdade, da inclusão social, do desenvolvimento, da industrialização, da defesa do meio ambiente, da soberania nacional e da integração regional, bem como cria as condições para derrotarmos o projeto ultraneoliberal que governa o Rio Grande do Sul.
2. Somos um partido nacional, temos um projeto para o Brasil, com desafios que envolvem o conjunto do Estado brasileiro e elegemos Lula para a Presidência da República nas eleições mais adversas da nossa história. As eleições municipais de 2024 acontecerão nesse contexto histórico em que precisamos fortalecer o PT e a esquerda brasileira, consolidar uma forte Frente Democrática e Popular no país a fim de implementar nosso Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil com políticas estruturantes e transformadoras nos municípios brasileiros, ao exemplo do Orçamento Participativo e de outras políticas de participação que fortaleçam o vínculo popular e democrático no direito à cidade e à cidadania plena.
3. Neste sentido, tendo como estratégia política central a continuidade do projeto democrático popular representado pelo Presidente Lula e pelo PT, escolhido pelo povo nas eleições de 2022, é fundamental, neste processo eleitoral de 2024, estimular candidaturas próprias do PT bem como a construção de alianças partidárias com o campo democrático e popular, cujo centro tático é a defesa do projeto democrático popular e do governo Lula. O PT, como o maior partido de sustentação desse projeto estratégico para o povo brasileiro, deve liderar esse processo de construção.
4. No Rio Grande do Sul, as eleições municipais devem servir para reforçarmos a oposição ao Governo Leite (PSDB) e do seu projeto privatista que aprofunda o desmonte do Estado, as desigualdades sociais e atrasa o desenvolvimento regional. Leite governa para os ricos, não

prioriza políticas sociais e privatizou a água dos(as) gaúchos(as), estando em dissonância com o interesse público e com fortes suspeitas de ilícitos. É responsável pelo desmonte das políticas da saúde e educação, precarizando essas duas áreas essenciais para à vida da população. Ataca os(as) servidores(as) públicos, em especial o magistério que sofre com o arrocho salarial. É preciso derrotar este projeto!

5. O ano de 2024 deve ser o ano do 13 no Brasil e no Rio Grande do Sul, devendo o PT encabeçar a chapa onde for possível, com candidaturas representativas em diálogo permanente com nossos aliados.

6. Orientando-se pela Resolução de Tática Eleitoral aprovada no Diretório Nacional de 28 de agosto devemos, na medida do possível, definir nossas candidaturas ainda no ano de 2023.

7. Nas próximas eleições, é preciso aumentar o número de vereadores e vereadoras petistas. Reelegendo e ampliando as bancadas municipais já existentes e avançar, elegendo parlamentares nas Câmaras Municipais que atualmente não contam com representação do PT, reafirmando o compromisso partidário com as políticas afirmativas conforme orienta a Resolução Nacional já mencionada.

8. Sobre a tática eleitoral, devemos fortalecer nossa relação histórica com os movimentos sociais e populares, bem como o diálogo com os comitês populares de luta. Todos estes protagonistas da vitória do nosso projeto em 2022. Para além da nossa Federação Brasil da Esperança (PCdoB e PV), o PT do Rio Grande do Sul priorizará o diálogo com os partidos do campo popular, como o PDT, o PSB, a Federação PSOL/REDE, assim como outros partidos de esquerda e centro-esquerda. Também estão em nosso arco de alianças os demais partidos que apoiaram a eleição de Lula no primeiro e no segundo turno.

9. Os demais partidos que compõem a base do governo não precisarão de prévia autorização para a composição de alianças nos casos em que as candidaturas do PT/Federação Brasil da Esperança encabeçam a chapa. Contudo, no caso de apoio do PT a uma candidatura de algum partido que compõe a base do governo Lula, e que não esteja entre os partidos

mencionados no item 8 desta resolução, haverá a necessidade de prévia autorização da Comissão Executiva Estadual.

10. É expressamente vedada qualquer tipo de aliança com o PL, assim como o apoio a qualquer candidatura que represente o projeto bolsonarista e/ou tenha apoiado a candidatura do ex-presidente nas eleições de 2022, não importando a que partido esteja filiado(a) o(a) candidato(a). Também ficam vedadas as alianças com o partido NOVO, representantes do ultraliberalismo.

11. Não serão permitidas alianças com o PSDB, partido de Leite. Casos excepcionais, onde haja disposição de apoio e compromisso democrático e programático do PSDB neste apoio, a uma candidatura petista serão avaliados pela Comissão Executiva Estadual.

12. É necessário que haja um balanço nos Diretórios Municipais de cidades onde o PT participa de governos municipais administrados por outros partidos, sobre eventuais contradições programáticas significativas com o que defendemos, pois contradições elevadas com nosso projeto podem criar situações de conflitos com a nossa base social e não acumulam para a estratégia geral.

13. O PT, nesse terceiro Governo Lula, prepara as bases não apenas para um quarto Governo Lula e para retomar o Governo Gaúcho, cuja eleição de 2024 é um momento essencial, como também deve buscar consolidar um amplo bloco de alianças na sociedade, construindo no âmbito local um programa fundamentado nos Direitos Humanos, na ampliação de direitos e dos serviços públicos, na redução das desigualdades sociais e na democratização da gestão pública com controle social e participação popular.

14. É preciso, portanto, organizar a batalha político-eleitoral desde já. Definir as candidaturas majoritárias, construir alianças potentes, elaborar programaticamente em cada município gaúcho projetos de gestões populares, definir uma tática para todas as grandes e médias cidades do Rio Grande do Sul, sem deixar de ter um olhar também prioritário para os pequenos

municípios do nosso Estado. Construir chapas de vereadores e vereadoras fortes e plurais que expressem a diversidade do povo gaúcho.

15. Promover uma forte mobilização social, no maior número de municípios possíveis, para a construção política de muitas vitórias eleitorais a fim de mudar a realidade das cidades e localidades, contribuindo para as transformações necessárias no país e reeleger Lula em 2026. Fortalecer nosso projeto democrático e popular de país e derrotar o neoliberalismo no RS, elegendo um governo popular em nosso Estado.

16. Para fortalecer toda esta construção, em sintonia com os avanços do governo Lula e com a oposição ao desmonte promovido por Leite, o Diretório Estadual aprovará, em sua próxima reunião, uma resolução de diretrizes de programa de governo para o qual abrirá o devido debate.

Porto Alegre, 11 de setembro de 2023

Diretório Estadual do PT-RS